

CONDICIONALISMO SÓCIO-CULTURAL DAS
ORIGENS DO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO
EUROPEU: A SINGULARIDADE DO CASO
PORTUGUÊS (VIII).

(*Continuação*).

ALDO JANOTTI.

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo.

CAPÍTULO II.

HOUVE CONDIÇÕES PARA O NASCIMENTO DA UNIVERSIDADE PORTUGUÊSA?

C). — O ARCAISMO CULTURAL.

No Portugal medieval também não houve condições culturais para o estabelecimento da sua Universidade. A prova disso está no fato dela nunca ter conseguido na Idade Média lançar raízes como foco de cultura (437), não impedindo assim que continuasse o predomínio da cultura monástica, numa época em que de há muito esta já tinha sido, completamente, superada nos demais estados cristãos da Europa (438). E evidenciando, dessa forma, mais

“um dos aspectos arcaizantes da cultura portuguesa anterior ao século XV” (439).

(437). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 258.

(438). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 204.

(439). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 204.

Vimos já que para o nascimento das Universidades européias foram necessárias duas condições: a social, com o renascimento das cidades e a cultural, com o renascimento intelectual do século XII. Renascimento urbano, com tôda a sua capacidade renovadora, revolucionária mesmo, não existiu em Portugal, pois não devem ser confundidos os concelhos portugueses

“formados de agricultores, representantes de uma propriedade livre que nunca chegou a desaparecer completamente da Península, com as comunas italianas, francesas e flamengas, tipicamente urbanas, geradas pelo renascimento do comércio” (440).

Mas também não se deu, embora tardiamente, embora arcaicamente, nenhum renascimento intelectual, como o que se processou na Europa no século XII. Esclerosada na tessitura arcaica do agrarismo dominador, e não recebendo, com facilidade, como consequência do ocidental extremismo geográfico do país, o reflexo das transformações européias, não conseguiu a “centrífuga” cultura medieval portuguesa adquirir característicos de uma cultura eminentemente urbana. Pelo contrário, continuou sendo uma cultura predominantemente agrária — como era tanto a sua economia, quanto a sua sociedade — e por isso mostrou-se refratária às influências revolucionárias e benéficas do renascimento intelectual. Aliás, não devemos nos esquecer nunca, o renascimento intelectual do século XII foi um acontecimento caracteristicamente urbano e, portanto, somente possível com o renascimento das cidades. E foi precisamente devido a essa ausência de renascimento intelectual, motivada, principalmente, pela ausência de um renascimento urbano, que a cultura portuguesa revestiu-se de caracteres singulares, se comparada com a européia. Na Europa, o renascimento urbano propiciando o renascimento intelectual do século XII liquidou com a hegemonia cultural do mosteiro e deu à cultura um caráter secular e urbano com a transferência dessa mesma hegemonia, para as escolas episcopais, situadas nas cidades e, por fim, como que culminando a sua ação revolucionária, propiciou condições para o aparecimento das Universidades. Em Portugal não, pois não houve nem uma coisa nem outra, isto é: renascimento urbano e renascimento intelectual. Uma das singularidades da cultura medieval portuguesa residia, precisamente, no fato de que, enquanto na Europa as escolas episcopais e, logo mais, as Universidades se erigiam, no campo pedagógico, nas duas mais legítimas expressões do urbanismo, em Portugal o que se erigia, em mais legítima expressão, mas do seu agrarismo, era a escola monástica. A outra singularidade, decorrente da primeira, é que a

(440). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 37.

cultura portuguesa, por não ter evoluído no mesmo ritmo, tornou-se arcaica com relação à européia: permaneceu na “Idade Beneditina”, época da história da cultura européia que se estende do IX ao XI século e durante a qual, como já observamos, apoiados em Rashdall, a educação esteve, principalmente, nas mãos dos monges (441). E note-se que a “Idade Beneditina” foi uma época de decadência cultural. E é por isso que, quando se deu o progresso da cultura a partir do século XII, as escolas monásticas não conseguiram adaptar-se às novas exigências de uma cultura, em plena ascensão. Nessas

“condições as escolas monásticas não podiam contribuir para o renascimento intelectual da primeira metade do século XII. É na Igreja secular que se precisa procurar a fonte” (442).

Observe-se ainda que a arcaica cultura monástica portuguesa encontrava no mosteiro de Alcobaça a sua mais alta expressão. Fato que colocava a ordem de Cister — ordem a qual pertencia o referido mosteiro — em situação privilegiada, no quadro geral da cultura portuguesa e, ao mesmo tempo, paradoxal no da cultura européia. Realmente historiadores da cultura e da civilização, como muito bem acen-tua Saraiva (443), têm notado o papel modesto desempenhado por Cister na história da cultura do Ocidente cristão (444), a ponto de um deles, H. B. Workman, afirmar que:

(441). — *The Universities of Europe in the Middle Ages*, v. I, p. 26.

(442). — Fliche, Foreville, Rousset, *Du premier Concile du Latran à l'avènement d'Innocent III (1123-1198)*, in *Histoire de l'Église depuis les origines jusqu'à nos jours*, direção de Fliche e Jarry, Paris, Blou & Gay, 1948, v. IX, p. 176.

(443). — *Op. cit.*, v. I, p. 207.

(444). — Paré, Brunet e Tremblay, *op. cit.*, p. 41/2, assim se expressam sobre Cister:

“Citeaux, par principe, recherche loin des villes -des villes en pleine croi-
sance- la solitude, l'humilité, la pénitence; le travail manuel y redevient, à
côté de l'office divin, la grande occupation du moine, seule légitime selon la
lettre de la règle, à l'encontre de l'interprétation de Pierre le Vénérable. Ainsi,
“dans la question des études, les cisterciens primitifs prient nettement position.
L'enseignement est exclu: il n'y aura d'école que pour les moines. Inter-
diction de lire le *Décret* de Gratien, sauf por ceux qui ont besoin de le
consulter, et défense de déposer ce volume dans la bibliothèque commune; en
1198 poursuite contre un moine coupable d'avoir appris l'hébreu auprès d'un
juif; en 1199, poursuite contre un moine accusé d'avoir composé des poésies.
L'étude proprement dite ne rentre pas dans le programme de l'Ordre; elle
se borne aux connaissances requises par le sacerdoce et à la lecture spirituelle
dans le sens de la Règle”. Certes la littérature cistercienne ne manque pas des
chefs-d'oeuvre, qui laissent dans leur poussière bien des produits de l'école:
grâce à Dieu, la vie de l'esprit n'est point liée, en définitive, au destin des
professeurs, et le génie religieux, plus que les autres encore, déborde les con-

“Para a educação os cistercienses nada fizeram. Na realidade êles não possuiram escolas, a não ser aquelas para os noviços” (445).

Todavia, por que em Portugal a ação de Cister foi diferente? Saraiva explica da seguinte maneira a ação incomparável de Cister no território português: quase inexistência de outros focos de cultura, durante os séculos XII e XIII e íntima relação entre o abade de Alcobaca e a cõrte portuguêsã (446). Foi então, contando com o favor político e com a falta de concorrência cultural

— “a não ser a de Santa Cruz de Coimbra (que não tinha atrás de si tôda uma ordem internacional a apoiá-la)” —

que a ordem de Cister,

“principalmente pela sua abadia de Alcobaca, dominou a vida monástica e a cultura portuguêsã, durante a primeira fase da Idade-Média (séculos XII e XIII), e, mesmo depois da introdução das ordens mendicantes, conseguirá manter uma posição de relêvo que conservará, ainda muito para além do século XVI” (447).

Dessa forma, a excepcionalidade da situação de Cister em Portugal, ao invés, de revelar a fôrça, revelava, sim, a fraqueza da cultura medieval portuguêsã.

Através de diversas maneira, a cultura medieval portuguêsã manifestava essa fraqueza, própria de uma cultura que não conheceu um renascimento renovador. Já se disse que

ditions communes de la science, même théologique, et de la culture de la forme. Saint Bernard, Guerric d'igny, Aelred de Rievaulx, en sont au XIIe siècle, à Citeaux, la preuve éclatante.

Mais les institutions ont leur loi, qui n'est pas celle des individus; elles sont, elles, soumises aux conditions communes de la science et de la culture: de l'institution cistercienne, la “renaissance” n'a rien à attendre, et, parmi ses sept arts, le plus digne est pour Citeaux le plus dangereux: la dialectique, parce qu'elle prend l'esprit plus profondément que les autres. C'est là tout saint Bernard, dressé contre Abélard. C'est aussi tout son terrible sermon *ad clericos*, entendez: aux étudiants des écoles de Paris”.

(445). — *Enciclopaedia of Social Sciences*, v. X, p. 587, apud Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 207.

(446). — *Op. cit.*, v. I, p. 207.

(447). — *Idem, ibidem*, p. 208.

“nunca os portugueses mostraram queda para as altas especulações filosóficas” (448);

e que tôda

“a atividade dos portugueses orienta-se para um sentido positivo, para uma forma concreta de pensamento, que se afasta e diferencia dos moldes das culturas dos demais países da Europa medieval” (449),

sendo fácil, desde a Idade Média,

“verificar, no pensamento português, a constância de uma posição empírica, pragmática, nos mais diferentes setores” (450).

Quê essa pouca inclinação do espírito português para a filosofia — e estamos nos referindo, particularmente, à época anterior ao aparecimento da Universidade — não produzisse, como de fato não produziu, nenhuma elaboração filosófica própria, pode-se perfeitamente justificar em razão da peculiar fraqueza da cultura em Portugal. É bem verdade que há o caso de Pedro Hispano, intelectual nascido em Portugal, no primeiro quartel do século XIII, e que morreu papa em 1277, sob o nome de João XXI: mas Pedro Hispano, sobretudo com as *Summulae logicales* e com o *Thesaurus pauperum*, não passou de um divulgador ou de um compendiador da Lógica e da Medicina da época, nunca se revelando um legítimo pensador, um pensador original; foi,

“a partir do século XIII, o professor de Lógica e Medicina mais concorrido (se é permitida a expressão) da Idade-Média”, mas “esta influência escolar não corresponde a qualquer significado especial na história do pensamento medieval”: as *Summulae logicalès* e o *Thesaurus pauperum* “interessam hoje ao historiador como resumos do ensino da Lógica em Paris e dos conhecimentos médicos — e não pelo seu papel na história das idéias” (451);

(448). — José Pereira de Sampáio (Bruno), *A Idéia de Deus*, apud Cruz Costa, *op. cit.*, p. 42.

(449). — Cruz Costa, *op. cit.*, p. 29.

(450). — *Idem, ibidem*, p. 29/30.

(451). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 260.

sua principal obra, as *Summulae* (452), constituiu-se no

“mais famoso e divulgado compêndio de *logica nova*, expressão que no século XII serviu para designar o súbito enriquecimento da lógica pela difusão de todo o *Organon* de Aristóteles” (453);

contudo ela não se ocupou das teorias lógicas das ciências e mais não foi que — na fina observação de De Wulf

— “um manual de esgrima dialética” (454), “não somente amplamente utilizado nas Universidades medievais, mas que foi freqüentemente comentado, e — isto é importante — por representantes de tôdas as escolas filosóficas e teológicas rivais, sinal certo de que sua dialética não parecia ligada a nenhuma doutrina metafísica particular” (455).

Além disso, Pedro Hispano não foi um produto da cultura portuguesa e, sim da cultura européia. Fêz seus estudos superiores em Paris; lá exerceu o magistério; também lecionou Medicina na Universidade de Siena, onde adquiriu fama de grande clínico, o que, aliás, lhe facilitou a carreira eclesiástica; nunca exerceu de fato os cargos eclesiásticos, para que foi nomeado — deão da Sé de Lisboa em 1261, arceidiago da Sé de Braga e prior da Igreja de Santa Maria de Guimarães, em 1268, arcebispo de Braga em 1271 —

“visto que não há vestígios da sua estadia em Portugal” (456);

(452). — Existe ainda controvérsia quanto à legítima autoria dessa obra: Karl Prantl é quem mais atribui a autoria das *Summulae* ao sábio bizantino Miguel Psellos, considerando Pedro Hispano “apenas como copista” (Lothar Thomas, *Contribuição para a História da Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1944, v. I, p. 82, in nota); Rivaud afirma: “Ce n'est pas une simple adaptation du manuel du Psellos”. (*Histoire de la Philosophie*, v. II, p. 69); Cruz Costa, referindo-se aos argumentos sintetizados por Joaquim de Carvalho no seu trabalho *Cultura Filosófica e Científica*, in “História de Portugal”, Edic. Monumental, v. IV, p. 475-528, acha que eles “mostram bem as dúvidas a êsse respeito e quão árdua tem sido a pesquisa que se tem feito em tôrno da dita questão”. (*Op. cit.*, p. 28/9, in nota); e Lothar Thomas chega a acreditar que a “discussão apaixonada dêste ponto resolveu-se favoravelmente a Petrus Hispanus”. (*Op. cit.*, v. I, p. 82, in nota).

(453). — Joaquim de Carvalho, *Cultura Filosófica e Científica*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. IV, p. 511.

(454). — *Op. cit.*, v. II, p. 85.

(455). — Gilson, *op. cit.*, v. II, p. 226/7.

(456). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 258.

foi eleito cardeal e bispo de Tusculum em 1273; foi eleito papa em 1276; morreu em 1277 em Viterbo (Itália). Em Portugal só esteve uma única vez: 1272-1273,

“anos em que visitou a côrte em Lisboa e Santarém” (457).

Enfim, estudou, lecionou, clinicou, realizou brilhante carreira eclesiástica, sempre, longe de Portugal. Como também sempre longe de Portugal tornou-se autoridade mundial, no campo da Lógica e da Medicina. A saída de Pedro Hispano, pelo que ela simboliza, é bem uma prova da inexistência de condições culturais em Portugal. Como acontecia com dezenas de estudantes portugueses, Pedro Hispano foi obrigado a deixar o seu país, em busca de um ambiente diferente e onde, forçosamente, aquelas condições existiam. Como acontecia com todo intelectual português de envergadura, adquiriu, longe do acanhado e arcaico ambiente cultural, uma cultura e uma mentalidade cosmopolitas (458), desligou-se da sua pátria como resultado do cosmopolitismo (459), sendo

“mesmo levado a desnacionalizar-se, integrando-se, no ambiente, onde podia manter uma atividade intelectual assídua” (460).

Foi portanto Pedro Hispano, culturalmente, um europeu, não um português: e seu apelido, Hispano, sintomaticamente indicava sua integração, numa cultura européia e não portuguesa (461).

O que, no entanto, causa certa estranheza, e nos leva, além da fraqueza da cultura, a desconfiar tanto da regularidade quanto, que é o que mais importa, da eficiência dos contactos culturais entre Portugal e a Europa é o fato de certas e importantíssimas correntes do pensamento filosófico não terem encontrado nenhuma ressonância em Portugal, tudo levando a crer que lá nem mesmo conseguiram chegar. Se examinarmos, por exemplo, a biblioteca do mosteiro de Alcobaça,

(457). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 259.

(458). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 258.

(459). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 261.

(460). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 258.

(461). — Mesma coisa se dá com relação a Santo Antônio. Este e Pedro Hispano foram os dois maiores representantes portugueses do pensamento medieval e, significativamente, tiveram sua maior projeção fora de Portugal (Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 16). De tal forma desnacionalizou-se Santo Antônio que a Europa acabou por atribuir-lhe uma nova pátria, Pádua. Tanto isso é verdade que: nos meios cultos só mui excepcionalmente se usa a forma Santo Antônio de Lisboa; e nos meios populares chega-se mesmo a acreditar na existência de dois santos de nome Antônio, o de Lisboa e o de Pádua e considerando-se o segundo muito mais “importante” do que o primeiro.

logo perceberemos ser mais revelador o que nela falta do que pròpria-mente o que nela existe. Com exceção de São Tomás e de Santo Anselmo de Cantuária,

“faltam os grandes autores medievais” (462)

e que tanta importância tiveram na renovação da cultura européia. É assim que faltam: Escoto Erígena, Abelardo, Alberto Magno, Rogério Bacon, São Boaventura, Duns Escoto, Guilherme de Occkam. Pedro Hispano, como que “desterrado na sua terra” (463), também faltava (464).

A mesma coisa se pode dizer com relação a Platão e aos platonizantes, exceptuando-se Boécio (465). Quanto a Aristóteles, do qual Pedro Hispano foi um dos grandes divulgadores (466), parece que Portugal não tomou conhecimento dêle antes do século XIV (467). Ora, já vimos como a penetração do aristotelismo, no Oci-

(462). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 233.

(463). — Expressão inspirada na seguinte passagem de Sérgio Buarque de Holanda, mas referente a nós brasileiros: “Trazendo de países distantes novas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vêzes desfavorável e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra”. (*Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1948, 2a. ed., p. 15).

(464). — “Em Portugal a influência de Pedro Hispano está documentada, mas tardiamente. Pelo menos nas livrarias de Alcobaça e Santa Maria não aparecem códices portugueses das suas obras, e tudo nos leva a crer que êle só entrou na sua pátria de origem depois de se ter tornado uma autoridade mundial”. (Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 260/1). As traduções portuguesas do *Thesaurus pauperum* aparecem muito tardiamente, pois a mais antiga é de 1613. (Cf. Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 261, in nota, apoiando-se em Queiróz Veloso, *Bibliografia geral portuguesa*, v. II, p. 311 e seg.).

(465). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 233.

(466). — “Herdeira da obra aristotélica, a obra de Pedro Hispano resume quase todo o pensamento lógico do Estagirita”. (Joaquim de Carvalho, *Cultura Filosófica e Científica*, in “História de Portugal”. Ed. Monumental, v. IV, p. 511/12).

(467). — “Só a partir dêste século encontramos em Alcobaça códices com obras de Aristóteles. A mais antiga menção conhecida do seu nome é (talvez) a do prólogo do *Livro de linhagens* do conde D. Pedro que, se deixa entrever que o autor o não tinha lido, também mostra que o nome do “Filósofo” estava popularizado na primeira metade do século XIV. O mesmo *Livro de linhagens* refere uma lenda medieval muito conhecida acêrca de Aristóteles.

Os dois códices aristotélicos de Alcobaça pertencem a duas épocas. O mais antigo data da segunda metade do século XIV e compõe-se unicamente de obras de Lógica (*Dialética*, que designa talvez a *Lógica Velha*; *Tópicos* e *Elencos* que pertenciam à *Lógica Nova*). O códice mais moderno já contém a *Física a Ética a Política* e a *Economia*, traduzidas por Leonardo Bruno (falecido em 1444) mas pertence ao século XV, segunda metade”. (Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 264).

dente europeu, através de duas vagas sucessivas — a primeira entre 1120-1160 modificou o renascimento intelectual em curso, tanto nas suas fontes escolares, quanto na sua orientação cultural; a segunda, fins do XII, ameaçou o pensamento cristão, a ponto de provocar, no começo do século seguinte, violenta reação da Igreja e, nos meados,

“a grande crise filosófica e cultural da renascença medieval” (468) —

ocasionou uma revolução intelectual que, pela sua profundidade e pelas suas proporções, um autor chegou a compará-la à revolução que se operou no século XIX com o aparecimento do darwinismo (469). Em Portugal só tardiamente chegará Aristóteles,

“principalmente daquela parte de Aristóteles que provocou a crise e as polémicas do século XIII, e deu origem ao averroísmo — a Física” (470).

Impossível assim, com esta patente — e não aparente, como se expressa Saraiva — pobreza de interesses filosóficos (471), pobreza que, aliás, é anterior e posterior ao nascimento da Universidade, falar-se em renascimento intelectual em Portugal. Não houve nenhum renascimento, nem arcaicamente, tão inarticulada estava a centrífuga cultura portuguesa com os focos originais da cultura européia.

Continuava a se manifestar a fraqueza da cultura medieval portuguesa, anteriormente ao nascimento da Universidade: desta vez através da penúria dos seus programas escolares. Começa que não há indícios de que, realmente, foi estudado o conjunto das chamadas sete artes liberais; nem antes e nem mesmo depois da fundação da Universidade (472). Como interpretar a ausência daquele tipo de ensino, tomado no seu conjunto? Porque foi um ensino tão tênue, tão fraco que não chegou a deixar o pálido vestígio da sua existência? Ou porque, efetivamente, nem chegou a existir? Não importa, embora nos inclinemos mais pela segunda hipótese. O que importa sim é constatar que Portugal não estava, completamente, integrado no “ecumenismo”, tão característico da cultura medieval européia e que, por não evoluir no mesmo ritmo desta, ainda tinha a sua pedagogia dominada pela escola monástica. Dessa forma, não deve causar estranheza a peculiar

(468). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 164.

(469). — Paetow, *op. cit.*, p. 422.

(470). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 264.

(471). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 264.

(472). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 90.

situação do ensino das sete artes liberais, durante a Idade Média portuguesa: é que, a partir do século XII, as escolas episcopais estavam muito mais em condições de desenvolver o ensino daquelas disciplinas, completamente, renovadas pelo renascimento intelectual (473), do que as escolas monásticas (474).

Além disso, sintomaticamente talvez, dos dois grupos em que estavam classificadas as artes liberais, *trivium* (Gramática, Retórica e Dialética) e *quadrivium* (Aritmética, Geometria, Música e Astronomia), só encontramos referências às disciplinas do *trivium* — e assim mesmo de um *trivium* incompleto — pois das

“disciplinas do quadrívio não há vestígios nas escolas portuguesas anteriores à fundação da Universidade” (475).

Dominou dessa forma o *trivium* sobre o *quadrivium* na Idade Média portuguesa: ou de uma maneira absoluta, se nenhuma das disciplinas do *quadrivium* foi ensinada, ou então de uma maneira relativa, como dá a entender Joaquim de Carvalho, quando afirma que o *trivium*

“dominou nestas escolas, com manifesta ascendência sobre as matérias do *quadrivium*” (476),

pressupondo que êste foi realmente ensinado. Absoluto ou relativo, mas sempre domínio do *trivium*, eis a questão. Ora, o *trivium* — que era um programa de estudos de caráter elementar (477) e que permi-

(473). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 138/209.

(474). — Sobre essa questão assim se expressam os autores acima citados: “Ainsi les écoles épiscopales alaient-elles échapper par là encore aux uniformités, aux routines et aux obligations un peu étroites des anciennes écoles monastiques, qui, par devoir d'état fort légitime, et au service d'étudiants consacrés avant tout au “service divin”, ne s'intéressaient que de loin et souvent non sans défiance aux disciplines séculières des sept arts. Le recrutement des écoles nouvelles -maîtres et élèves- dans les “communes” émancipées, était tout différent, et dans son origine et dans ses intentions culturelles. L'encyclopédie des maîtres du XIIe siècle restera certes théologique; mais les sciences humaines et les arts libéraux y auront déjà -et plus qu'on le dit communément- leur autonomie, en ce sens du moins qu'on s'attachera avec complaisance, parfois avec passion, à leur objet propre et à leurs exigences élémentaires de méthode”. (*Op. cit.*, p. 27).

(475). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 92. Somente em códice dos fins do século XV é que se encontrou o *Tratado da Esfera* de João Sacrobosco e o *Tratado de Geometria* de Tomás Bradwardiz. (Cf. *Op. cit.*, v. I, p. 92).

(476). — *Instituições de Cultura*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. II, p. 601.

(477). — Rashdall, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, v. I, p. 35.

tia o acesso a um segundo ciclo (478), o *quadrivium*, isto é, um ensino mais avançado (479), ou de nível superior (480). — constituiu-se na verdadeira educação da chamada Idade das Trevas (481), pois era êle que reunia os

“conhecimentos considerados como essenciais para a educação do padre” (482).

No entanto, com o Renascimento do século XII, principalmente, como conseqüência do afluxo, no Ocidente cristão, da ciência greco-árabe, o *quadrivium* conhece uma renovação — não menos sensacional, aliás, como a que se deu também com as disciplinas do *trivium*, na opinião de Paré, Brunet e Tremblay (483). Aparentemente não seria de estranhar que Portugal conhecesse uma renovação do *quadrivium*, já que foi, sobretudo, através da península Ibérica que as influências da ciência árabe tiveram oportunidade de se irradiar, por toda a Cristandade ocidental. Mas isto não se deu: Portugal não possuía uma cultura com força suficiente para atrair essas influências, apesar de, geograficamente, estar próximo delas. E como é que se poderia admitir a renovação de uma coisa, isto é, do *quadrivium*, que, se acreditada, nem chegou a existir?

Ao que parece, a pedagogia portuguesa pré-universitária também não chegou a conhecer a renovação do *trivium*, do qual, aliás, só encontramos referências a duas das suas disciplinas, isto é, a Gramática e a Dialética (484), pois da Retórica não há notícias (485). Sem

(478). — Halphen, *L'Enseignement aux XIIe et XIIIe siècles*, in *Atravers l'Histoire du Moyen Âge*, p. 281.

(479). — Rahsdall, *op. cit.*, v. I, p. 35.

(480). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 89.

(481). — Rashdall, *op. cit.*, v. I, p. 36.

(482). — Irsay, *op. cit.*, v. I, p. 44.

(483). — *Op. cit.*, p. 167.

(484). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 90.

(485). — “O mesmo não se pode dizer a respeito da retórica, que não é mencionada pelo já citado cronista da ordem — refere-se a Fr. Manuel da Esperança, de Alcobaça — e da qual na biblioteca não encontramos vestígios anteriormente ao século XV. Desta época é a conhecida *Rhetorica ad Herennium* durante muito tempo atribuída a Cícero mas a data tardia do códice inutiliza-o como documento acerca do ensino pré-universitário na abadia de Alcobaça. Devemos conjugar esta completa ausência de tratados de retórica com a falta quase total dos clássicos latinos que serviam de modelo aos estudantes medievais de retórica: Cícero, Vergílio, Ovídio, Lucano e outros. Fr. Francisco de S. Boaventura refere-se a um códice que contém alguns extratos de Cícero, Diógenes Laércio e Valério Máximo, a a outro onde aparecem treze versos de Sêneca, e é tudo. Devemos lembrar, ainda, que mesmo na Universidade não existiu em Portugal durante a Idade Média a cadeira de retórica”. (Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 92).

nos preocuparmos com o que se passou com a Retórica, ou seja, sua transformação em *Ars dictaminis* (486), o *trivium*, como conseqüência do renascimento do século XII, conheceu uma grande renovação: a Gramática começa a ceder o seu lugar privilegiado à Dialética (487). Esta,

“porque tende a identificar-se com a própria filosofia, da qual é a necessária introdução” (488),

acabou por obter o predomínio (489) e por se transformar num

(486). — “... discipline médiocre qui n'était qu'un déchet de la rhétorique classique, qu'il ramenait à des formulaires stéréotypés pour rédaction de lettres et de documents officiels”. (Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 28/9).

(487). — Irsay, *op. cit.*, v. I, p. 53.

(488). — Giuseppe Saitta, *Arti Liberali*, in “Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti”, Roma, Instituto Giovanni Treccani, 1929, v. IV, p. 679.

(489). — *Idem, ibidem*, p. 679. A respeito assim se manifesta De Wulf: “La *dialectique* occupe dans le *trivium* la plus grande place et est prépondérante aux XIe et XIIe siècles; elle se développe à mesure qu'on découvre les traités de l'*Organon*: elle contribue à la naissance d'une spéculation proprement philosophique qui cherche à s'émanciper de plus en plus de la tutelle théologique”. (*Histoire de la Philosophie Médiévale*, v. I, p. 60); é a seguinte a opinião de Paré, Brunet e Tremblay: “Si la rhétorique se trouva ainsi engagée dans une impasse d'où la renaissance du XVe siècle seule la fera sortir, en une violente réaction contre le latin médiéval, la dialectique au contraire va avoir une brillante — trop brillante — destinée. C'est ici que se joue le sort de la renaissance du XIIe siècle: toute son évolution se trouve commandée, du moins au point de vue de ses sources, par l'accroissement rapide dont va bénéficier, dans le domaine spéculatif, à base de dialectique, sa connaissance des philosophies de l'Antiquité. Il faut donc, à l'encontre du cas de la grammaire et de la rhétorique, assez tôt pourvues, envisager la dialectique selon ses étapes successives, et dans la perspective d'un apport massif de capital philosophique, qui va se produire à la fin du XIIe siècle, et décupler ensuite la fécondité intellectuelle du treizième. Ainsi, de deux côtés, la philosophie de la renaissance médiévale se trouve à la fois puissante et menacée. Premièrement, elle est pourvue d'un instrument dialectique raffiné, et même elle s'amorce et s'épanouit, dans les esprits du temps et dans le régime scolaire, sous les formes de la dialectique, troisième art du *trivium*. Deuxièmement, elle bénéficie des magnifiques richesses doctrinales de la Grèce, mais — rançon d'une telle richesse — elle s'ouvre avec un tel appétit à cette lumière capiteuse, qu'elle s'installe dans les livres qui la lui fournissent et n'a plus le goût ni le besoin ni le loisir de regarder les choses et la réalité, directement: terrible danger pour une discipline dont l'objet n'est jamais tout fait et dont la méthode implique, par l'autonomie de son départ, un regard toujours frais sur la réalité. Sans parler des sciences qui, plus encore, seront accablées par se poids trop lourd d'une acquisition soudaine des résultats anciens”. (*Op. cit.*, p. 157/8); e referindo-se ao século XIII assim se pronuncia Gilson: “La situación cambia de aspecto hacia principios del siglo XIII: A medida que las obras de Aristóteles son traducidas al latín y los maestros de la lógica las introducen en su enseñanza, el tiempo que se consagra a ellas crece en tal proporción que ya no queda ninguno por la *grammatica* y los estudios clásicos, ni tampoco para las matemáticas y las demás artes liberales.

“método de pensar e não mais somente de escrever” (490),
e assim

“vai captar tôda a seiva das inteligências e a estima das
escolas” (491).

Mas, entendamos bem, o predomínio da Dialética sôbre a Gramática se constituiu em mais um outro aspecto da transferência da supremacia pedagógica das escolas monásticas para as escolas episcopais, isto é, as escolas urbanas. Sim, porque o predomínio da Gramática correspondeu, cronologicamente, à “Idade Beneditina”, em que, como sabemos, a instrução era, praticamente, monopólio dos monges e tinha como finalidade precípua a formação do padre. Tanto isso é verdade que, naquela época, ou seja, na “Idade Beneditina”, a Gramática era considerada a primeira chave do estudo (492) e nas escolas surgidas com o chamado Renascimento carolíngio — Renascimento que, é importante salientar, se realizou

“nas e pelas escolas dos mosteiros” (493) — ela, “no sentido de literatura, parece ter sido a matéria básica do seu ensino” (494).

Finalmente, no decorrer do século XIII o predomínio da Dialética chega ao seu apogeu, quando então, como afirma Gilson,

“se ve aparecer um novo tipo de cultura, fundamentada sôbre um mínimo de gramática, exigido para o uso de um latim, exclusivamente, escolar e constituída pelo estudo da lógica e da filosofia de Aristóteles e coroada por uma teologia cuja técnica se inspira nesta lógica e nesta filosofia” (495).

Em Portugal, porém, as coisas, ainda desta vez, se passaram diferentemente: ao invés de predominar a Dialética, predominou a Gra-

Entonces se ve aparecer un nuevo tipo de cultura, fundada sobre el mínimo de gramática exigido para el uso corriente de un latín exclusivamente escolar y constiuida por el estudio de la lógica y de la filosofía de Aristóteles y coronada por una teología cuya técnica se inspira en esta lógica y esta filosofía. Es verdad que, en el siglo XIII, no desaparecen por completo el antiguo saber ni el estudio de las Letras; pero quedan como ahogados por la filosofía y la teología escolásticas”. (*La Filosofía en la Edad Media*, v. II, p. 36/7).

(490). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 86.

(491). — *Idem, ibidem*, p. 197.

(492). — Irsay, *op. cit.*, v. I, p. 37.

(493). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 40.

(494). — Cardeal John H. Newman, *Origem e Progresso das Universidades*, São Paulo, 1951, p. 179.

(495). — *Op. cit.*, v. II, p. 36.

mática. Aliás, nem vestígios existem a respeito do ensino da Dialética antes da fundação da Universidade (496), o que é uma prova, e uma prova insofismável, da pouca importância da mesma, no quadro geral da cultura portuguesa. E observe-se também que o aristotelismo, o grande responsável pela vitória da Dialética, só tardiamente aparecerá em Portugal. Como explicar mais esta singularidade da pedagogia portuguesa? Certamente que a já referida pouca inclinação do espírito português para as coisas da filosofia — e constatada, quando analisámos a situação livresca do Portugal pré-universitário — foi uma das razões; e a precariedade dos contactos da periférica ou centrífuga cultura portuguesa, com os focos de irradiação da cultura europeia teria sido uma outra. Todavia, não devemos nos esquecer também de que em Portugal persistia o domínio, de há muito já ultrapassado na Europa, da pedagogia monástica: como já vimos, a Gramática predominou sobre a Dialética, precisamente, quando os monges monopolizaram a instrução. Além disso, a arcaica pedagogia monástica portuguesa tinha, como seu grande centro o mosteiro cisterciense de Alcobaça: ora,

“dentre suas sete artes liberais, o mais digno é para Cister o mais perigoso: a dialética, porque ela se apodera do espírito mais profundamente que as outras” (497).

Não é de estranhar assim, que predominasse a Gramática em Portugal, embora anacrônicamente, pois de tôdas as disciplinas das sete artes liberais ela

“foi a disciplina mais cultivada” (498):

é o que se deve inferir do fato de ter sido, precisamente, ela a que mais deixou vestígios do seu ensino (499); não deixando também de ser sintomático o fato do ensino da Colegiada de Guimarães, apenas, in-

(496). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 92.

(497). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 42. As páginas 186/7 os mesmos autores se pronunciam a respeito da “ogeriza” de Cister pela Dialética: “La réaction se fait sinon plus vive, du moins plus précise, contre les philosophes païens, et, en eux, contre la “dialectique”, plus menaçante que la rhétorique des *auctores* puisqu'elle est méthode de penser et non plus seulement d'écrire. La tentation de la dialectique devait être assez fréquente pour que tant de supérieurs monastiques aient jugé opportun de la dénoncer, et que l'un des traits des réformes religieuses d'alors, celle de Citeaux en particulier, aient été le souci d'écarter ce rationalisme disputeur”.

(498). — Joaquim de Carvalho, *Instituições de Cultura*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. II, p. 601.

(499). — “Dos dois compêndios que monopolizaram o ensino gramatical na Idade Média, a *Arte menor* de Donato e as *Institutiones arte gramática* de Prisciano (autores latinos do século IV) apenas o segundo está representado em Alcobaça. Também lá se encontra o famoso *Doctrinale* de Alexandre de

cluír a Gramática (500). É bem verdade que a Gramática, na Idade Média, não tinha apenas a função rudimentar de ensinar as primeiras letras, incluindo a leitura e a escrita (501) e, sim, também, uma função mais elevada, ou literária, constituída pelo

“estudo e interpretação sistemáticos dos escritores clássicos da antiga Roma” (502).

Mas uma pedagogia, como é o caso da pedagogia portuguesa pré-universitária, que ao invés de se preocupar com o conjunto das sete artes liberais, mais, ou quase que tão somente, se preocupou com a Gramática; e, continuou a se preocupar prioritariamente com ela, em detrimento da Dialética, numa época em que, referimo-nos ao século XIII,

“a gramática irá deixando-se absorver progressivamente pela lógica para servir de introdução filosófica ao seu estudo, em lugar de introduzir ao estudo literário das obras primas da Antiguidade” (503) —

o que nos leva a melhor compreender o “eclipse”, na expressão de Toffanin (504), ou “destêrro”, na expressão de Gilson (505), da literatura latina naquele mesmo século — convenhamos, era uma peda-

Ville-Dieu que em fins do século XII compendiou em verso as regras gramaticais segundo os citados autores latinos, e o conhecido *Graecismus* de Ehrard de Béthume, compêndio também em verso, que deve o nome a um capítulo sobre as derivações do grego. O Idade Média conheceu também os dicionários latinos, de que foram mais divulgados o de Papias (século XI) e o de Hugúcio (século XIII) ambos copiados em Alcobaça. O ensino gramatical em Alcobaça está ainda representado por um pequeno glossário de versos latinos com a tradução em português, do século XIV.

Esta variedade de compêndio gramaticais mostra que o ensino da gramática teve algum desenvolvimento em Alcobaça”. (Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 91).

(500). — No estatuto (1229?) que o legado pontifício João de Abbeville outorgou à Colegiada de Guimarães havia a obrigação de manter-se apenas um mestre de Gramática: “Districte precipimus quodin vestra ecclesia semper sit unus magister qui studium regat in gramatica et eidem magistro quandiu regerit unam prebendam integram assignamus” (*Vimaranis Monumenta Historica*, v. II, p. 201), apud Joaquim de Carvalho, *Instituições de Cultura*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. II, p. 600; e a Colegiada cumpriu a referida obrigação estatutária, como provam documentos ulteriores (*idem, ibidem, loc. cit.*).

(501). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 91.

(502). — Rashdall, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, v. I, p. 36.

(503). — Gilson, *op. cit.*, v. II, p. 42.

(504). — *Il Secolo senza Roma (Il Rinascimento del Secolo XIII)*, Bolonha, Nicola Zanichelli Editore, 1943, p. 7/13.

(505). — *Op. cit.*, v. II, p. 35/51.

gogia que, lógicamente, para não dizer dialéticamente, de maneira alguma, estava capacitada a proporcionar condições para o desenvolvimento de um ensino de nível universitário.

A fraca densidade cultural característica da vida portuguêsã na Idade Média, sobretudo até os fins do século XIII, é um outro e último fator que revela a ausência de condições culturais para o nascimento da Universidade. O movimento universitário europeu foi precedido de um renascimento intelectual, o renascimento do século XII: época, na opinião de Rashdall, da mais brilhante atividade intelectual que a Idade Média conheceu (506); momento em que, afirmam Paré, Brunet e Tremblay,

“nunca, sem dúvida, geração humana se achou tão súbitamente de posse de um tal pêso de ciência, de pensamento, de cultura” (507).

Mas não foi êste o caso da cultura portuguêsã pré-universitária. Antes o contrário: em lugar da riqueza, Portugal conheceu, sim, a pobreza ou, para empregar expressão de Fortunato de Almeida, a escassez de cultura intelectual (508); diminuto era o grau de cultura do clero e crassa a ignorância das outras classes (509); sua rudimentar organização docente (510) ministrava um ensino — apoucado para José Silvestre Ribeiro (511), ténue para Joaquim de Carvalho (512) — que

“nem dissipou a ignorância” e “nem contentou os espíritos mais exigentes” (513).

Com as seguintes palavras, que merecem ser transcritas, Carolina Michäelis nos dá bem uma idéia de como se apresentava a cultura portuguêsã, na época que precedeu ao nascimento da Universidade:

“Séculos de ignorância, na opinião de todos, a qual se resume na famosa sentença do clássico reformador quinhentista:

(506). — *The Medieval Universities*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 559.

(507). — *Op. cit.*, p. 169.

(508). — *História da Igreja em Portugal*, v. I, p. 499.

(509). — *Idem*, v. I, p. 493.

(510). — Joaquim de Carvalho, *Instituições de Cultura*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. II, p. 599.

(511). — *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal*, v. I, p. 1.

(512). — *Op. cit.*, *loc. cit.*, v. II, p. 601.

(513). — *Idem*, *ibidem*, v. II, p. 601.

*dizem dos nossos passados
que os mais não sabiam ler;
eram bons, eram ousados...
eu não gabo o não-saber.*

E, realmente, na Idade-Média a penúria de obras literárias e científicas, produzidas por portugueses, é estupenda. Nos documentos em prosa ostentava-se um latim extremamente bárbaro, ou de 1192 em diante, um português alatinado, de ortografia caótica, de sintaxe horrivelmente desconjuntada e vocábulos de feitiço híbrido que querendo passar por latim são romance. Só de 1255 para cá, um vernáculo muito hesitante e irregular” (514).

Difícil, portanto, falar-se em condições culturais para se explicar o nascimento da Universidade portuguesa se, sob muitos aspectos, a própria cultura não existiu.

O grau de incultura dos laicos era quase total. Convém insistir que o clero português monopolizava, completamente, a instrução, mesmo numa época em que, na Europa, o ensino laico de há muito vinha sendo desenvolvido, sobretudo nas Universidades. Sòmente em 1269, com a fundação da escola externa de Alcobaça por Fr. Estêvão Martins, como já estudámos, é que surge a primeira notícia de um ensino destinado, não apenas aos membros da Igreja, mas também aos laicos. Dessa forma, o movimento geral de secularização ou laicização do ensino

“chega a Portugal tardiamente” (515):

é mais um outro aspecto do arcaísmo pedagógico português. Além disso, não teria existido em Portugal, anteriormente ao nascimento da Universidade, a burguesia, classe que na Europa, a partir do século XII, se erigiu num poderoso agente de cultura e que foi a grande impulsionadora do ensino laico. Vejamos algumas das manifestações da ignorância dos laicos, ignorância que Fortunato de Almeida chegou a acreditar-la crassa: faltam nos arquivos as assinaturas dos cinco primeiros reis portugueses, constituindo-se, ainda hoje, num ponto controvertido se essa falta

“é causada de não saberem escrever, ou de se reputar indigno naqueles tempos que os reis firmassem as régias ordens, por outro modo, que não fòssem com a maça da espada, verdadeira pena do guerreiro” (516),

(514). — *Cancioneiro da Ajuda*, v. I p. 632.

(515). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 88.

(516). — Antônio da Costa, *op. cit.*, p. 9.

não deixando de ser significativo o fato do instruído D. Denis — o monarca que marca a estréia da assinatura real — não se contentar apenas de assinar, mas também, insistentemente, acrescentar sempre que o fazia por sua própria mão (517); os nobres desprezavam as letras (518), a ponto dêsse desprezo tornar-se uma espécie de elemento condicionador da posição social do indivíduo, como muito bem sugere a expressão, tornada proverbial,

“Mais fidalgo é não saber ler” (519);

não há notícia de uma casa senhorial portuguesa, contrariamente ao que com freqüência acontecia com a nobreza européia,

“que pudesse, mesmo de longe, constituir um centro de cultura” (520);

perdurou a ignorância da nobreza portuguesa, mesmo em épocas muito posteriores ao nascimento da Universidade (521); dentre os que cul-

(517). — *Idem, ibidem*, p. 9.

(518). — *Idem, ibidem*, p. 9.

(519). — Apud Teófilo Braga, *op. cit.*, v. I, p. 36.

(520). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 43. Não há, aliás, a mínima possibilidade de se fazer a mais leve identificação entre a nobreza portuguesa e a nobreza européia. Se nos basearmos apenas num elemento, fornecido pela habitação, perceberemos o quanto a nobreza portuguesa se distanciava da concepção que fazemos da nobreza medieval pròpriamente dita. A respeito dessa questão assim se pronuncia Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 44: “Não restam vestígios de uma arquitetura senhorial. Os castelos de que nos ficaram ruínas pertenciam ao Rei. Segundo nos revelam alguns documentos, os paços senhoriais eram construídos de taipa (barro amassado com seixos) e cobertos de colmo, que os servos ou colonos eram obrigados a colocar periódicamente. Só pelas dimensões se destacariam das cabanas cor de terra onde os colonos se abrigavam entre o pôr e o nascer do sol”.

(521). — É o que se deprende da proposta das côrtes de Évora em 1481 no sentido de que o rei dê alguma educação aos filhos dos fidalgos que vivem no paço, sugerindo que lhes mande “ensinar gramática, jogar a espada com ambas as mãos, e dançar e bailar, e tôdas as outras boas manhas e costumes que tiram os moços de vícios e os chegam a virtudes” (apud Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 91); e é o que se conclui das referências de intelectuais do século XVI a respeito: Falcão de Rezende, por exemplo, descrevia esta situação:

“Não falo já no mais da redondeza,

Cá em nosso Portugal principalmente

Sangue e saber, por vil metal se preza” (*Obras*, p. 273, apud Teófilo Braga, *op. cit.*, v. I, p. 36, in nota);

“Inábil na cristã Filosofia,

Porque o pai, cego, e tendo por afronta

Diz que qualquer fradinho isto sabia” (*Idem*, p. 295, apud *idem, ibidem*, v. I, p. 36, in nota); e Camões assim se referia ao analfabetismo aristocrático:

tivavam a arte poética, nem todos sabiam ler e mais raros ainda eram os que sabiam escrever (522); as escrituras dos contratos celebrados entre os laicos quase sempre eram redigidas por notários eclesiásticos (523); êsses contratos, sintomáticamente, dispensavam as assinaturas dos contratantes e das testemunhas,

“e mesmo no tempo de D. Afonso III pareciam tão raros os contratos assinados, que os inquiridores reconheceram ser digno de memória o nome de algumas testemunhas escrito com letra diferente da do notário eclesiástico” (524);

e em não muito — mesmo em épocas, já bastante, posteriores ao nascimento da Universidade — parece ter-se dissipado a ignorância dos laicos, se nos lembrarmos que nas côrtes de Santarém de 1434 se requeria a D. Duarte que, doravante, só pudesse ser juiz quem soubesse ler e escrever, pedido a que o monarca acedeu mas apenas com relação às cidades e vilas de mais de 400 homens... (525).

Os padres, já vimos, constituíam a classe culta da nação. Isto, porém, não quer dizer que fôsse muito intensa a cultura que o clero possuía (526) e que êle fôsse geralmente ilustrado (527), pois a situação

“contrária é que a história nos demonstra ser a verdadeira, porque não faltam exemplos de presbíteros, cónegos e até de bispos, que nem sabiam escrever” (528).

“Enfim, não houve forte Capitão
Que não fôsse também douto e ciente,
Da Lácia, Grega ou bárbara nação,
Senão dos Portuguezes tão sòmente!
Sem vergonha o não digo...” (*Lusíadas*, C. V, estr. 96, apud Teófilo Braga, *op. cit.*, v. I, p. 36/7, in nota);

“Mas o pior que tudo é que a ventura
Tão ásperos os fez e tão austeros,
Tão rudes e de engenho tão remisso,
Que a muitos lhe dá pouco ou nada disso” (*Idem*, estr. 97, apud *idem*, *ibidem*, v. I, p. 37, in nota).

(522). — Carolina Michæelis, *Cancioneiro da Ajuda*, v. II, p. 635.

(523). — Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. I, p. 493; Gama Barros, *op. cit.*, v. II, p. 23; “Muitos dêsses documentos assim o declaram, e tudo leva a crer que nos outros o fôssem também, embora o notário não decline a sua qualidade eclesiástica”. (Fortunato de Almeida, *op. cit.*, v. I, p. 493).

(524). — Antônio da Costa, *op. cit.*, p. 8.

(525). — Mário Brandão e Lopes de Almeida, *op. cit.*, p. 4, in nota.

(526). — Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. I, p. 492.

(527). — Gama Barros, *op. cit.*, v. II, p. 25.

(528). — *Idem*, *ibidem*, v. II, p. 25.

Analiseemos a situação cultural do clero, em época já posterior ao nascimento da Universidade a fim de, por comparação, melhor compreendermos a anterior: referindo-se a D. João Gomes, bispo do Pôrto, no reinado de D. Denis, falecido em 1327, afirmava o seu sucessor Pedro Afonso, que nunca aprendera direito e nem sabia gramática (529); em 1797 assim se pronunciava João Pedro Ribeiro, a respeito da incultura do clero, no século XIV:

“Encontro por êsse tempo constituições que obrigam os Párcos a entenderem ao menos Latim ao pé da letra; mas vejo-os freqüentemente dispensados em Braga e Pôrto, contanto que mostrassem ter estudado bem, algum Larraga qualquer, daquelas éras. De sete cônegos (não conversos) do Mosteiro de Vila Boa, só o Prior sabia escrever” (530);

um raçoeiro da Colegiada de São Cristóvão (século XIV), assinava de cruz (531); Antônio da Costa retrata a seguinte situação:

“No cartório do mosteiro da Serra do Pôrto achava-se um prazo, no fim do qual, dando-se como testemunhas vários cônegos e o próprio capelão do mosteiro, que declaravam não assinar por não saberem, concluia o prior notificando que escrevera o prazo por sua mão”, “por quanto ao presente não havia ali ninguém que soubesse escrever”. “É datado de 1467. Noutros prazos, nem mesmo se encontra a assinatura do prior. O arcebispo de Braga, anos antes, tinha de dispensar a favor de párcos analfabetos” (532);

ainda sôbre o século XV assim escrevia, novamente, João Pedro Ribeiro:

“Em 15 de maio do ano de 1426 foi confirmado na Igreja de Santo Antão de Padim, do arcebispado de Braga, Afonso Martins, jurando nas mãos do Colador, *aprenderia bem a ler e contar, antes do ano acabado*. Determinando-se nas constituições sinodais das dioceses de Braga e Pôrto, que nenhum fôsse colado em igreja paroquial, sem que, ao menos, ao pé da letra, soubesse

(529). — “... erat bonus homo, et sine aliqua malicia, sed jura aliqua non audiverat, immo nec et grammaticalia, quod est plus”. (in João Pedro Ribeiro, *Reflexões históricas*, v. I, p. 45, apud Teófilo Braga, *op. cit.*, v. I, p. 46).

(530). — *Carta ao Arcebispo Cenáculo*, in “Boletim de Bibliografia portuguesa”, p. 12, apud Teófilo Braga, *op. cit.*, v. I, p. 35.

(531). — Teófilo Baga, *op. cit.*, v. I, p. 45.

(532). — *Op. cit.*, p. 10/11.

entender o que lia e contava; contudo, achei um grande número de dispensas desta Constituição, dando por motivo, que sendo examinado acerca de sacramentos e casos de consciência, tinha sido achado suficiente” (533);

e sôbre o mosteiro de Paço de Sousa afirmava Gama Barros que

“não havia então (refere-se ao século XV) um só monge que soubesse alguma coisa da regra de São Bento, tendo o abade de a traduzir em linguagem para que todos a pudessem entender e cumprir” (534);

em 1450 o vigário geral de Braga confirmava o cônego do mosteiro de Vila Nova de Moinha, João Vasques, no cargo de prior do mosteiro de São Miguel de Vilarinho

“com dispensa da constituição que proibe dar o govêrno do mosteiro a quem não souber ler, cantar e entender ao menos ao pé da letra (latim)” (535);

e em 1474, numa bula dirigida a Afonso V, lamentava o papa Sixto IV de que quase nenhum dos reitores das igrejas em Portugal sabia a Gramática (536). Enfim, como quer Teófilo Braga,

“o clero afundava-se em uma completa ignorância” (537).

Dir-se-á, no entanto, e com razão, que em outros países, além de Portugal, se poderão encontrar exemplos de incultura do clero. O que mais importa, porém, não é constatar exemplos de incultura do clero — que, aliás, até para épocas posteriores a que estamos nos referindo, são constatados — e sim, o grau de densidade dessa mesma incultura. Não seria exagerado afirmar, levando-se, principalmente, em consideração as peculiaridades das condições sociais e culturais de Portugal na Idade Média, anacrônicas umas e outras, que o clero português se apresentava extraordinariamente muito mais inculto que o clero dos demais países da Cristandade.

(533). — *Op. cit.*, v. I, p. 45, apud Teófilo Braga, *op. cit.*, v. I, p. 46.

(534). — *Op. cit.*, v. II, p. 180.

(535). — *Catálogo dos Pergaminhos do Cartório da Universidade de Coimbra*, p. 65, apud Teófilo Braga, *op. cit.*, v. I, p. 164, in nota.

(536). — “... ea propter fere omnes rectores ecclesiarum Grammaticam nesciebant” (apud Teófilo Braga, *op. cit.*, v. I, p. 164).

(537). — Teófilo Braga, *op. cit.*, v. I, p. 45.

Se “fatos repetidos desta ordem se verificavam nos séculos XIV e XV” (538),

é fácil de conhecer o estado de instrução do clero anteriormente à fundação da Universidade (539): ordenavam-se sacerdotes analfabetos (540); havia clérigos, e até bispos, que mal sabiam escrever (541); faltavam as escolas (542), constituindo-se

“o analfabetismo de grandíssima parte do clero” numa “prova indireta de como estava pouco espalhado o magistério em Portugal” (543);

e as poucas que existiam se limitavam ao ensino de rudimentos indispensáveis (544); raros eram os livros, inclusive até os litúrgicos,

“conforme se depreende de vários documentos, embora em alguns conventos se ocupassem os monges em copiá-los” (545);

raros também eram os mestres (546); clérigos estrangeiros eram chamados, para ocupar as sedes episcopais: fato que, na opinião de Fortunato de Almeida, se explica pela falta de cultura do clero português (547); quem desejasse, realmente, estudar precisava, enfrentando riscos e dificuldades de tôda sorte, procurar os países estrangeiros; e, mais uma confirmação do arcaísmo cultural português, o clero secular superava em ignorância o clero regular (548).

Nestas condições, que contribuição se poderia esperar do inculto e anacrônico clero português, para o renascimento cultural? Pouca, ou melhor, nenhuma.

(*Continua*).

(538). — Antônio da Costa, *op. cit.*, p. 11.

(539). — *Idem, ibidem*, p. 11.

(540). — Joaquim de Carvalho, *Instituições de Cultura*, in “História de Portugal”, Ed. Monumental, v. II, p. 601.

(541). — Num documento de 1095 encontra-se a seguinte assinatura: *Fernandus presbyter nomen meum subscribi jussi me presente*; num outro documento de 1131 era dêste modo que subscrevia o bispo de Nájera: *Ego Petrus episcopus Nasarensis confirmans et laudans Regis jussum nomen subscribi jussi meum*. (Apud Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. I, p. 492, in nota).

(542). — Fortunato de Almeida, *op. cit.*, v. I, p. 492.

(543). — Saraiva, *op. cit.*, v. I, p. 85.

(544). — Fortunato de Almeida, *op. cit.*, v. I, p. 492.

(545). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 493.

(546). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 493.

(547). — *Op. cit.*, v. I, p. 492.

(548). — Gama Barros, *op. cit.*, v. II, p. 80.